

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/10/2026 | Edição: 186 | Seção: 3 | Página: 156

Órgão: Controladoria-Geral da União/Gabinete do Ministro

EXTRATO DE COMPROMISSO

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram a CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e a BRANCO PERES AGRO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.619.832/0001-01, no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 17316.100011/2023-32. OBJETO: Admissão da responsabilidade objetiva pela prática dos fatos objeto do referido processo, por parte da BRANCO PERES AGRO S/A, em troca da concessão, à mencionada pessoa jurídica, dos benefícios previstos na Portaria Normativa CGU n. 155/2024. DATA DE ASSINATURA: 29/09/2026

SIGNATÁRIOS: Pela CGU, VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e, pela BRANCO PERES AGRO S/A, seu procurador Marcelo Augusto Puzone Gonçalves, OAB/SP nº 272.153.

COMPROMISSOS DA BRANCO PERES AGRO S/A, CNPJ nº 43.619.832/0001-01, com  fundamento no art. 2º da Portaria Normativa n. 155/2024: (1) Pagar a multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no valor de R\$ 173.530,95 (cento e setenta e três mil quinhentos e trinta reais e noventa e cinco centavos), no prazo de até trinta dias após a publicação do extrato deste Termo de Compromisso no Diário Oficial da União; (2) Cessar completamente seu envolvimento na prática do ato lesivo, a partir da data da propositura do termo; (3) Aplicar e monitorar seu programa de integridade, levando em consideração as disposições previstas nos artigos 56 e 57 do Decreto nº 11.129/2022, mantendo-o em constante funcionamento e implementando as adaptações necessárias em decorrência de mudanças no perfil de risco, caso ocorram; (4) Atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento; (5) Não interpor recursos administrativos no âmbito do processo administrativo em que celebrado o termo de compromisso; (6) Dispensar a apresentação da peça de defesa, quando cabível; e (7) Desistir de eventuais ações judiciais, caso existentes, bem como não ajuizar novas demandas relativas ao processo administrativo ou ao termo de compromisso celebrado. Processo CGU: 00190.101207/2024-96.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.